

**A PRESENÇA DA RELIGIOSIDADE NO ENSINO DA EDUCAÇÃO INFANTIL:
uma experiência de estágio no município de Curitiba/Paraná**

**THE PRESENCE OF RELIGIOSITY IN THE TEACHING OF
EARLY CHILDHOOD EDUCATION:
an internship experience in the city of Curitiba/Paraná**

Sanciaray Yarha Silva da Rosa

Possui ensino médio completo no Colégio Estadual Paulo Leminski - Curso de Formação de Docentes (2013). Pedagoga pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) Possui mestrado pelo Programa de Pós- graduação da UFPR, na linha de Diversidade, Diferença e Desigualdade Social em educação. Atuando principalmente nos seguintes temas: relações étnico-raciais, feminismo, feminismo negro, formação de professores, educação quilombola. Atualmente é doutoranda no Programa de Pós- graduação da UFPR, na linha de Diversidade, Diferença e Desigualdade Social em educação. Também atua como professora da Classe Avançada em Linguística no Colégio Estadual Santa Cândida.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1331-5031>

RESUMO

Este texto inicialmente foi produzido como parte das avaliações realizadas na disciplina de prática pedagógica - Estágio em docência na Educação Infantil, do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Paraná - na cidade de Curitiba no ano de 2016. Este texto traz um relato de experiência etnográfico e análises teóricas das vivências ocorridas durante o período de seis meses com idas duas vezes da semana ao centro de educação infantil. Busco uma reflexão da importância do debate sobre a presença da religiosidade no ambiente educacional, especificamente nesse caso da educação infantil, ao mesmo tempo que destaco o racismo religioso e suas implicações sociais, sem ignorar o importante papel da escola diante da necessidade de um processo de educação religiosa que nos direcione ao respeito de todas as crenças.

Palavras-Chave: etnografia; educação infantil; racismo religioso.

ABSTRACT

This text was produced as part of the evaluations carried out in the discipline of pedagogical practice - Teaching Internship in Early Childhood Education, of the Pedagogy Course at the Federal University of Paraná - in the city of Curitiba in 2016. This text brings an ethnographic and experience report theoretical analysis of the experiences that took place during a period of six months with visits twice a week to the child education center. I seek to reflect on the importance of the debate on the presence of religiosity in the educational environment, specifically in this case of early childhood education, while highlighting religious racism and its social qualities, without ignoring the important role of the school in the face of the need for a process of religious education that directs us to respect all beliefs.

Key words: ethnography; early childhood education; religious racism.

INTRODUÇÃO

Diante de um discurso conservador, muitas vezes baseado no cristianismo em nome da moral e dos bons costumes, escolho (re)acolher esse tema cinco anos depois pois está uma pauta que segue sendo de grande relevância social e cada vez mais vem tomando fôlego em nossa sociedade. Em meio a pandemia muitos têm se apegado à fé, mas antes como isso se fazia presente dentro do ambiente escolar? Essa é uma das inquietações que já norteavam os meus registros, ainda que a turma fosse formada por cerca de vinte crianças com faixa etária de 01 a 02 anos e três educadoras, a questão da fé e da religião sempre estiveram muito presentes e aparecendo constantemente na rotina daquelas crianças.

O CMEI fica localizada na zona urbana de Curitiba, sua mantenedora é a prefeitura de Curitiba, ou seja, o município. A escola oferta alimentação para os alunos e água filtrada. Na questão da infraestrutura a escola possui o número de seis salas, que atendem crianças de 0 a 5 anos de idade, além de poder contar com secretaria, sala da diretora e sala dos professores. O prédio oferece banheiros sanitários na parte interna, sala dos professores, direção e cozinha, as dependências da escola não são acessíveis aos portadores de deficiência. De equipamentos eletrônicos a escola possuía na época TV, aparelho de DVD, retroprojeto, computadores e impressora. O abastecimento do prédio como água, luz e rede de esgoto vem da rede pública, a coleta do lixo é realizada periodicamente. Ainda que o CEI não esteja localizado em uma região considerada periférica, realiza atendimento em sua maioria para famílias com baixo poder aquisitivo, tornando-se um dos principais centros de educação infantil da região.

REFLEXÕES E ANÁLISE: O QUE AS PRÁTICAS REVELAM?

Primeiramente gostaria de começar destacando uma importante diferenciação ao que diz respeito aos conceitos de religião, religiosidade que, apesar de suas diferenciações em alguns momentos se encontram,

Panzini et al. (2007) definem religião como sendo a crença na existência de um poder sobrenatural, criador e controlador do Universo, dando ao homem uma natureza espiritual que continua a existir depois da morte do corpo. Religiosidade é definida como a extensão na qual um indivíduo acredita, segue e pratica uma religião. (CAMBOIM e RIQUE, 2010, p. 252)

Uma das primeiras situações que atraiu o meu olhar foi a hora do sono das crianças, todos os dias as professoras colocam o mesmo CD com músicas do Padre Fábio de Mello. Segundo Dalgalarro (2008), historicamente o Brasil pode ser considerado como um país predominantemente católico, que ao longo da história se apresenta com a chegada dos frades franciscanos, padres seculares e posteriormente com a chegada dos jesuítas, que tem um grande impacto histórico não apenas na história no nosso país, mas também irá influenciar fortemente a história da educação brasileira.

A história da educação está intimamente ligada à própria história das instituições religiosas. A casta sacerdotal que nas sociedades arcaicas, detinha o poder político ou pelo menos dele participava ativamente, deve ter compreendido de maneira bastante clara, a importância de chamar a si o controle do sistema educacional, por mais informal e limitado que ele fosse (TOSCANO, 2001, p. 139)

Entretanto, a questão da religiosidade nem sempre foi um assunto polêmico, se realizarmos uma retomada histórica é possível observar que:

No Brasil, a separação entre a Igreja e o Estado foi efetivada em 7 de janeiro de 1890, pelo Decreto nº 119-A, e constitucionalmente consagrada desde a Constituição de 1891. Até 1890, o catolicismo era a religião oficial do Estado e as demais religiões eram proibidas, em decorrência da norma do art. 5º da Constituição de 1824. O catolicismo era subvencionado pelo Estado e gozava de enormes privilégios. (LIMA, 2001, s.p)

A partir deste rompimento entre igreja e escola ganha a laicidade como um dos seus direitos individuais e coletivos, garantidos por lei na constituição de 1988, onde o mesmo documento em seu art.19, fica vedado ao estado,

[...]estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou suas representantes

relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público. (BRASIL, 1988)

Ao que se refere a educação é importante ressaltar que as escolas públicas e da qual realizei o estágio, são vistas como instituições públicas que fazem parte do estado já que por sua vez é ele quem as mantém.

Outro marco histórico importante é a chegada da escola nova em 1932, com um manifesto que aguça a questão da laicidade na escola, com a defesa clara da universalização da educação com escola pública, gratuita e laica. Na constituição de 1934 o ensino religioso foi considerado como disciplina de currículo comum, em 1946 a discussão se perpetuou. Na atual constituição redigida em 1988, a disciplina de ensino religioso permanece como oferta obrigatória e facultativa. Ao que se refere aos arquivos direcionados a educação infantil, não existe nenhum documento oficial que nos orientem sobre o assunto, o que podemos destacar de uma forma mais específica é o artigo 9º inciso VII do parecer 20/2009 do Conselho Nacional de Educação onde se lê:

[...]possibilitem vivências e estéticas com outras crianças, grupos culturais que alarguem seus padrões de referência e de identidades no diálogo e reconhecimento da diversidade. (CNE, 2009).

Em relação ao amparo da diversidade, podemos contar com a implementação da lei 11.645/08, configura-se como uma grande conquista e reconhecimento da história dos povos indígenas e do movimento negro, a partir do momento que se torna obrigatório o ensino da história afro-brasileira e africana e indígena a partir da ótica da valorização da presença desses povos, tornando-se um instrumento contra a discriminação e o preconceito racial. Ainda que a obrigatoriedade da lei esteja direcionada ao ensino fundamental e médio, é necessário considerar que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil recomendam que sejam assegurados “o reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, bem como o combate ao racismo e à discriminação”. (BRASIL, 2010, p. 21). Em um país em que o encontro de tantos povos acontece, não podemos ignorar que a questão da religião também faz parte desta diversidade, sendo constituído por diferentes matrizes religiosas para além da cristã, que consequentemente se manifestará também nas turmas de educação infantil, respeitar

isso significa respeitar parte da diversidade existente na sala de aula. Segundo Paulo Freire,

[...] reconhecer a existência de heranças culturais deve implicar o respeito a elas. Respeito que não significa, de modo nenhum, a nossa adequação a elas. O nosso reconhecimento delas e o nosso respeito por elas são condições fundamentais para o esforço da mudança. (1997, p. 64).

Nesse sentido, é importante ressaltar que sempre partimos do pressuposto de uma formação social, com profunda influência na organização social, ao mesmo tempo em que as experiências que compõem a nossa noção de religiosidade estão ligadas a uma construção individual de espiritualidade com base nas nossas vivências seja dentro ou fora das instituições religiosas. Elas irão se apresentar em noções não petrificadas, justamente por serem construídas nas vivências, mostram-se dinâmicas e abertas, consumando-se na disposição cultural dos indivíduos, ou seja, em elemento simbólico interiorizado, naturalizado e incorporado na ação docente, sendo muitas vezes de maneira não intencional, com o uso de expressões como: “Nossa Senhora”, “Ave Maria”, “Deus não gosta”, “Jesus Cristo”, “Meu pai amado” entre outras, que emergem no ambiente educacional e estão incorporadas nos agentes educacionais, expressões das quais muitas vezes não refletimos a sua origem que tem suas raízes no cristianismo.

Assim, é possível afirmar que a religiosidade está presente no espaço escolar, sendo trazida para dentro dos muros da escola por meio de seus agentes que carregam a dimensão da religiosidade em sua identidade. Em outras palavras, os professores seriam agentes sociais que acentuam a interdependência entre as agências por circularem tanto na instituição religiosa quanto na escolar. (VALENTE, 2017, p. 209).

O conceito de *habitus* desenvolvido por Bourdieu (1983), nos ajuda a entender melhor como carregamos as nossas crenças, para ele “os indivíduos “vestem” os *habitus* como hábitos, assim como hábito faz o monge, isto é, faz a pessoa social” (p. 75). *Habitus* irá caracterizar-se como um sistema de disposições para a ação, modos de perceber, fazer, sentir, pensar, que nos faz agir de acordo com a circunstância dada, também está

envolto de um sistema classificatório: uma divisão de mundo. *Habitus* também está relacionado às disposições incorporadas nos sujeitos em seu processo de socialização.

Ainda que não se note a presença de elementos simbólicos religiosos, como cruzeiros ou altares, por exemplo, a religião faz parte daquele ambiente através dos sujeitos que as compõem.

John Dewey, filósofo e pedagogo norte americano, ressalta em seu livro *Democracia e Educação* (1979) que, a educação é fazer com que os indivíduos possam continuar sua educação, ou seja, o objeto da educação é a capacidade para um desenvolvimento que seja constante, porém este conceito pode ser aplicado somente quando há mútua cooperação entre os membros da sociedade e quando existem oportunidades adequadas para a reconstrução dos hábitos e das instituições sociais através de uma variedade de estímulos decorrentes da distribuição de interesses e benefícios dentre os indivíduos, consistindo assim em uma sociedade democrática.

Recordo que uma das primeiras manifestações religiosas da qual tive contato dentro da instituição foi o convite para por parte da pedagoga para uma roda de oração que iria acontecer no refeitório dos professores, em um primeiro momento recusei educadamente porém ao mesmo tempo foi inevitável não perceber os olhares de desconfiança por parte das professoras regentes, então propus apenas estar presente no refeitório nesse momento e o que ficou evidente que as orações eram baseadas no cristianismo, ainda que as participantes demonstram ser de vertentes diferentes. Na sociedade brasileira ateísmo e semelhantes, religiões de matrizes africanas, e não cristãs tomam o lugar secundário. Ainda que aquele espaço seja um ambiente educacional, tendo como seu mantenedor o estado e por sua vez o entendimento da garantia de um estado laico de direito, torna-se indispensável questionar: E se aquele momento fosse destinado a cultuar os orixás? Seria uma quebra de tabu ou algo naturalizado tanto quanto o cristianismo? Tal como as escolas básicas quanto os centros de educação infantil precisam estar preparados para lidar com a diferença religiosa, sem imposição às crianças ou aos colegas de trabalho, tendo como princípio básico mais uma vez a questão da diversidade citada nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (2010).

Cabe pontuar que, o laicismo não deve ser confundido com um estado ateu, pois tem seus princípios ligados a igualdade entre população nos assuntos religiosos, de consciência, liberdade e defesa da origem humana e democrática das leis do estado

(VESCE, 2006). Para além disso, é importante destacar que nesse período em campo nenhuma professora ou funcionária se declarou em conversas informais ser frequentadora de alguma religião de matriz africana ou não cristã, ao que diz respeito às crianças da minha turma não foi possível ter acesso às fichas deles pois são de caráter sigiloso.

É inegável que a dimensão religiosa está diretamente ligada na visão de mundo das educadoras, questões como: aborto, estupro, homoafetividade, eram dialogados com frequência entre elas em momentos como hora atividade, já outros assuntos como valores da família, feminilidade, e concepções de infância apreciam em sala enquanto as crianças brincavam. Apesar de não falarem explicitamente, era perceptível que muitas as questões eram moldadas pela fé, como por exemplo a ideia de que uma mãe solo estaria em pecado ou sendo promíscua a partir de um julgamento das vestimentas ao buscar a criança por não estar casada, outro exemplo seria a música considerada “mundana, ou seja, músicas que não religiosas.

Uma das experiências ligadas a musicalização foi a minha prática de regência ao final do estágio, levei para as crianças músicas africanas, a reação das crianças foi da experiência de algo novo, já a das professoras a reação foi de relacionar com tambores usados nas religiões de matriz africana que, segundo elas não era adequado para a sala aula, havendo muitos questionamentos sobre o que outros professores iriam pensar ou o que poderia acontecer se um dos responsáveis escutassem aquele tipo de música, ressaltei que não havia nenhuma ligação religiosa as músicas apresentadas pelas crianças, que inclusive estavam como parte do planejamento entregue anteriormente, mas mesmo assim elas pediram que eu desligasse o rádio.

Vale destacar que é através das interações das crianças entre as crianças, das crianças entre os adultos, e suas famílias, que são capazes de produzir “a primeira de uma série de culturas de pares nas quais o conhecimento infantil e as práticas são transformadas gradualmente em conhecimento e competências necessárias para participar do mundo adulto (CORSARO, 1993, p. 114). As crianças passam a maior parte do seu dia na companhia de outras crianças e professores, por isso, a creche é um dos principais constituidores das relações sociais das crianças.

Na concepção de Paulo Freire (1987), professores e alunos exercessem o poder de produzir novos conhecimentos a partir de conteúdos impostos pelos currículos

escolares, então, estariam de fato aquelas professoras consolidando seu poder de contribuição para a transformação da sociedade? Para Freire, a educação é um modo de intervenção no mundo, onde é possível aprender e reproduzir o saber escolar ou do cotidiano. Ao que se refere a religiosidade, talvez o maior desafio seja desvestir-se de nossa própria fé em busca de uma imparcialidade ao que diz respeito a outros tipos de fé abrindo espaço para novos conhecimentos, ainda que sejamos regidos por nossos valores e opinião, romper com o desconhecimento permite um novo olhar para uma religiosidade plurifacetada e despida de preconceitos.

A tolerância religiosa torna-se quase que um assunto intocável no contexto escolar, falar sobre este tema é uma forma de reparar socialmente a visão distorcida de religiões não cristãs e que são reiteradamente marginalizadas, principalmente as de matrizes africanas. Essas discussões tornam-se necessárias a partir do momento em que, a questão da religiosidade na educação infantil, diferentemente no ensino fundamental, não há direcionamento ou sequer citação na LDB 9394/96, deixando ao entendimento do educador a questão da diversidade religiosa e onde ela se encaixa. Segundo Menezes,

[...] o diálogo inter-religioso demonstra a possibilidade de nova perspectiva de atuação das religiões ao reconhecer que essas podem exercer um papel significativo na construção da ética de superação a violência. (1999, p. 433).

A intolerância religiosa nos revela um racismo mascarado através da manifestação da religiosidade, esse racismo vai aparecer com o fortalecimento das religiões cristãs e ao mesmo tempo em que terreiros tornam-se alvos de vandalismo e incêndio em todo o território nacional, o que nos chama atenção é que nenhum outro seguimento religioso irá sofrer tantos ataques como as religiões de matriz africana, o que fica evidente é que esse racismo religioso é mais um braço estendido do racismo estrutural que demoniza não apenas as entidades mas também os corpos negros. Mas afinal, porque pontuar isso como racismo religioso e não apenas como intolerância? Para Oliveira,

[...] não se trata de um simples ato de não concordar com o outro, mas sim de moldar uma sociedade em que as práticas não eurocentradas, a que inclui as religiões afrobrasileiras, mas não só, são discriminadas, criminalizadas e perseguidas seja de forma normativa, como os artigos que criminalizavam as práticas afro-religiosas no código penal até 1940,

seja ainda no atual código penal, ou ainda perseguição neopentecostal a essas religiões. Não se trata de intolerância, se trata de racismo religioso! (2017, p. 48).

Ainda que sejamos capazes de compreender a complexidade em que as religiões chegam até o ambiente escolar, não podemos ignorar o fato de que esse movimento também irá refletir as individualidades dos sujeitos que ocupam esses espaços, principalmente os adultos. Isso quer dizer que os agentes educacionais apenas reproduzem a intolerância religiosa dentro da escola? Pelo contrário, isso nos chama a atenção do quanto a escola como um todo precisa estar atenta a ciência da nocividade que se cria ao ignorar essas questões, não é raro ao abrir o jornal ver professores, funcionários e alunos que sofrem retaliação pelo simples fato de usar uma guia por exemplo, o que afetará não apenas o bem-estar dos estudantes, mas que força uma colonialidade de poder sobre esses corpos.

É preciso buscar a reflexão sobre o papel da escola, do professor, dos educando de frente as suas práticas o qual a finalidade real que este pretende atingir, posto que o professor precise antes de qualquer coisa entender sua tarefa social dentro da sala de aula, para poder trabalhar um modelo educacional comprometido de fato com as transformações sociais, que a escola assuma seu papel, se faz necessário considerar a realidade deste aluno, é impossível continuar a caminhada sem rever a prática Curricular. É de extrema importância que as professoras, pedagogos/as e demais agentes atuantes na educação infantil possam reconhecer a criança como sujeitos produtores de ações, pois: "(...) já não cabe pensar as crianças como indivíduos a serem estudados e categorizados, mas como atores a serem ouvidos e envolvidos nos processos de aproximação e conhecimento das suas realidades sociais." (COUTINHO, 2010, p. 4).

Os impactos da prática em docência são imensuráveis, durante este processo foi possível repensar no papel de diferentes agentes presentes no ambiente educacional, o papel que cada um desenvolve e sua importância. Pensar no papel do professor, os desafios da turma, implementações das leis, principalmente aquelas que garantem o debate sobre diversidade e de que forma a diversidade étnico racial chega à sala aula, foi a partir dessas reflexões que me propus a pensar neste artigo sobre os caminhos que a

educação brasileira está percorrendo, além da importância da escola na construção e formação de sujeitos, que encontram a escola muitas vezes como único espaço de ampliação de seus repertórios e valorização de seus saberes.

Nesse sentido torna-se imprescindível reconhecer que os sujeitos que habitam o ambiente educacional são escritores da história e que carregam marcas sociais como suas identidades de classe, etnia, gênero, cultura, território, religião e outros marcadores sociais que também constituem o processo de escolarização. Nesta perspectiva o ordenamento curricular da escola não pode ser neutro, é condicionado por essa pluralidade de imagens que nos chegam de fora. Toda tentativa de reordenamento curricular exige rever essas imagens dos educandos que fazem parte da nossa escola. Dessa forma a escola e sua organização curricular devem estar de acordo com a realidade dos seus alunos e repensar sua organização em prol dos sujeitos reais e com direito ao conhecimento, não reconhecendo apenas os alunos, mas todos os funcionários como sujeitos que também vivenciam a escola e carregam suas experiências.

CONSIDERAÇÕES

Entender as instituições e seus papéis se faz essencial na perspectiva de como a escola completa a sociedade e a sociedade influencia diretamente a escola. A intolerância não é exclusividade de somente uma instituição, porém aperfeiçoar a tolerância em diversos ambientes, inclusive na escola, é indispensável no regime democrático. Temos muito o que refletir sobre o tema, aprender sobre a tolerância e a garantia de direitos ao próximo, Freire em sua terceira carta pedagógica escreveu: “Se a educação sozinha, não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.” (FREIRE, 2000, p. 67). Para Oliveira,

Apesar de tantas perseguições, violações e discriminações que em parte foram trazidas nesse trabalho, há que se considerar a importante existência e (re)existência que essas comunidades apresentam. As religiões afro-brasileiras possuem agência e não ficaram paradas na história vendo a destruição de seus ideais. Lutaram e continuam lutando e a prova disso é que resistiram e continuam resistindo a mais de 500 anos de um regime regido pela colonialidade do poder e pelo racismo. Essa agência de resistência caracteriza-se especialmente pelas relações de solidariedade entre o povo de santo. (2017, p. 91)

A implementação da lei 10.639/03 e 11.645/08 que possibilita a promoção da igualdade racial viabiliza avanços como a ressignificação da história da África e da cultura Afro-brasileira. Um olhar atento para a escola nos permite encontrar configurações que apresentam preocupações desde os materiais didáticos a formação de professores, nesse momento, se faz necessário reconhecer esse problema para combater diversas situações no cotidiano escolar, contando com ferramentas já disponíveis que valorize o pertencimento dos alunos negros.

Sendo assim, não podemos restringir os problemas apenas na sala de aula, mas ter uma percepção da dimensão ética-política a respeito da sociedade que nos cerca, ainda que as práticas nos relevem que temos um longo caminho pela frente, elas também nos mostram o quanto a educação religiosa se faz necessária na atualidade, não em um aspecto doutrinário, mas em um aspecto reflexivo sobre qual sociedade estamos construindo, se vamos seguir o caminho da intolerância e do desconhecimento, ou da tolerância e do respeito a todas as crenças.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, P. (1983). *Gostos de classe e estilos de vida* (Montero, P. & Auzmendi, A., Trad.). In Ortiz, R. (Org.). Pierre Bourdieu: sociologia (pp. 82-121). São Paulo: Ática.
- BRASIL, Ministério da Educação. *Parecer 20/2009 de 11 de Novembro de 2009*. Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- CAMBOIM, Aurora; RIQUE, Julio. *Religiosidade e Espiritualidade de Adolescentes e Jovens Adultos*. Revista Brasileira de História das Religiões. ANPUH, Ano III, n. 7, Mai. 2010.
- CORSARO, William A. (1993). "A reprodução interpretativa no brincar ao 'faz-de-conta' das crianças." *Educação, sociedade e culturas* (2002): 113-134.
- COUTINHO, Angela Maria Scalabrin. *A ação social dos bebês: um estudo etnográfico no contexto da creche*. Tese (Doutorado em Estudos da Criança – Área de concentração: Sociologia da Infância), Instituto de Educação, Universidade do Minho, Braga, 2010.
- DALGALARRONDO, Paulo. *Religião, Psicopatologia e Saúde Mental*. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- DEWEY, John. *Democracia e Educação: Introdução à Filosofia da Educação*. 4ª ed. São Paulo, Editora Nacional, 1979.

FREIRE, P. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. Apresentação de Ana Maria Araújo Freire. Carta-prefácio de Balduino A. Andreola. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro. Paz e terra. 1983.

FREIRE, Paulo. *Professora sim, tia não - cartas a quem ousa ensinar*. São Paulo, Editora Olho D'água. 1997.

LIMA, Fernando. *Separação entre Igreja e Estado*. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 6, n. 52, 1 nov. 2001. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/2320>. Acesso em: 10 abr. 2021.

MENEZES, Paulo. Tolerância e religiões. In: TEIXEIRA, F. *O diálogo Inter Religioso como afirmação da vida*. São Paulo: Paulinas, 1997, p; 39-54.

OLIVEIRA, Ariadne Moreira Basílio de. *Religiões afro-brasileiras e o racismo: contribuição para a categorização do racismo religioso*. 2017. 102 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

TOSCANO, Moema. *Introdução à Sociologia Educacional*. Petrópolis: Vozes, 2001.

VALENTE, Gabriela A. *A religiosidade na prática docente*. Rev. bras. Estud. pedagog. (online), Brasília, v. 98, n. 248, p. 198-211, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbeped/v98n248/2176-6681-rbeped-98-248-00198.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2021.

VESCE, Gabriela E. Possolli. *Laicismo*. Infoescola 2006. disponível em: <https://www.infoescola.com/filosofia/laicismo/>. Acesso em: 14. abr. 2021.